



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR POR VIDEOCONFERÊNCIA ATENDENDO AO REQUERIMENTO N.º 117/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR MANOEL DOUGLAS, NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (05-12-2022).

Ao quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, segunda-feira, às onze horas e vinte e sete minutos, foi realizada a Reunião da Comissão de Participação Popular por videoconferência atendendo ao requerimento N.º 117/2022 de autoria do Vereador Manoel Douglas, para darem continuidade à discussão sobre os critérios adotados pela Plataforma NOVEL (PN) para indenização dos atingidos do rompimento da Barragem do Fundão. **Participaram da Reunião:** os Vereadores Edson Agostinho, Manoel Douglas e Marcelo Macedo. **Registraram Presença:** Dr. Adenilson Rodrigues, Advogado; Dr. Cristiano Maciel, Presidente da OAB/MG; Dr. Ernane Bailão, Advogado; Dr. Fábio Nunes, Advogado; Fabiano Rodrigues, Advogado; Flávia Regina Gonçalves Viana, Advogada; Gabriel de Oliveira Francisco, Assistente Jurídico da Dra. Jussara Freitas; Geraldo Vieira, Advogado; Dra. Lívia Heringer, Advogada; Marlon dos Anjos Serra, Advogado; Natália Santos Costa, Advogada; Tamires Tatiana Souza Santos, representando a Cáritas. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” o Vereador Manoel iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e solicitou a leitura do ofício, que foi realizada; solicitou, ainda, que constasse em ata a ausência da Fundação Renova (FR), ao que o Dr. Cristiano criticou a postura da mesma, desrespeitando o Legislativo e o Município, com concordância do Vereador Manoel, que disse que a presença da FR havia sido acordada em reunião prévia, e realizou a leitura do ofício com resposta negativa da mesma, que entendeu já terem respondido os questionamentos, o que foi negado pelo Vereador Manoel, que disse ter sido enviado novo ofício à FR, no qual se confirmam as presenças dos advogados e da FR para que respondesse às questões em aberto e, disse haver grande desrespeito e descomprometimento por parte da FR para com a Casa, os advogados e os atingidos. Com a palavra, o Dr. Fábio disse que o maior problema junto à FR, não diz respeito tão somente às finalizações de residências ou comprovante da mesma, mas em razão da negativa dos documentos que dizem respeito a órgão público que comprovam dano; disse acreditar que seus colegas estejam passando pelo mesmo e que ainda se soma à desinformação, visto que à época do desastre, foi dito que os atingidos não poderiam procurar a FR ou a Cáritas para informar o dano, de modo que grande parte da população impactada procurou a Casa pedindo auxílio e reiterou que, quando a FR passou a recusar as manifestações do órgão público, foi quando se deu início às finalizações das reivindicações na PN. O Vereador Manoel disse não saber se o Dr. Fábio teve acesso ao relatório de respostas da FR, com treze itens respondidos, e solicitou à Secretaria da Casa que enviasse o mesmo, reiterando que a reunião presente deveria responder aos itens não abordados em reunião prévia, e solicitou que se enviasse à FR o que ficasse acordado na reunião presente. Ele disse que, em reunião prévia, as respostas da FR não correspondiam às experiências dos advogados. Com a palavra, o Dr. Cristiano disse estar ansioso pela resposta da FR sobre ter aceitado, em primeiro momento, a declaração emitida pelo Ex-Presidente da Câmara, tendo pago diversas pessoas com base nela, o que mostra a FR fugindo de suas responsabilidades,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

pois sabe que precisaria admitir seu erro; disse que o que aconteceu em Mariana foi uma proibição por parte da FR e da Cáritas de deixar que as pessoas se registrassem como atingidos à época; na Cidade, havia uma concepção errônea de que os atingidos seriam apenas residentes de Bento Rodrigues e Paracatu, sendo que todas as pessoas foram atingidas direta ou indiretamente, sendo esse o pleito que se busca; agradeceu a disponibilidade da Comissão e do Legislativo para com a OAB, sendo que a Casa se prontificou desde o momento inicial e sugeriu que se intimem representantes da Vale, Samarco e BHP Billiton para dar andamento ao processo. O Vereador Manoel concordou e disse que muitos casos exibem a conduta da FR, pois se sabe da diferença de realidades entre Mariana e outros locais onde a FR atuou, como Brumadinho; por exemplo, Mariana teve mil cento e noventa e uma pessoas indenizadas pela PN e em Barra Longa foram mil trezentos e dezoito indenizações a mais; em Aracruz, quatro mil setecentos e setenta e quatro indenizações e, em Baixo Guandu, seis mil quinhentos e cinquenta e três pessoas indenizadas. Assim, percebe-se a discrepância entre a Cidade onde ocorreu a tragédia em relação às outras cidades, fazendo-se necessário envolver as empresas, que tentam se eximir da responsabilidade. Com a palavra, o Dr. Fábio disse acompanhar a FR há tempo e, acredita que, de todos os municípios afetados, Mariana é o mais explorado e com o menor número de indenizações, pois foi um dos últimos com a sentença de se aderir à PN, mas nesses lugares houve paralisações, nas quais a empresa não conseguiu trabalhar, seja através dos órgãos competentes ou de forma arbitrária, com a população se revoltando e impedindo o acesso da FR à Cidade, pressionando-a; disse que infelizmente, a FR não funciona, pois se funcionasse, estaria presente na reunião. Disse que gostaria de verificar se o Município está pressionando por meio de interrupção da atividade mineradora, como ocorreu em outros lugares, onde houve retorno; ao que o Vereador Manoel disse já estarem fazendo deliberações para encaminhar à FR e, caso haja mais alguma questão ou questionamento, estas serão inclusas na manifestação e, que reencaminhará a pergunta principal sobre não se estarem pagando os atingidos munidos da declaração do Tenente Freitas. O Dr. Fábio disse que a FR, por estar ausente, mostra não ter uma resposta, já que o documento emitido pelo Tenente está em plena conformidade com a determinação judiciária; disse que a FR não estava aceitando dito documento por vontade própria, mas por obrigação e, o que essa faz hoje é desobedecer à decisão judicial, sendo que tanto a decisão como os documentos aceitos pela mesma não mudaram, com concordância do Vereador Manoel, que disse continuar cobrando. Com a palavra, o Dr. Ernane disse caber ao Executivo interferir, pois se tratam de direitos da população de Mariana em sua totalidade, direitos esses esquecidos à época da queda da barragem e, disse que o motivo de outras cidades terem alto número de pagamentos foi a interferência do Executivo. Disse que quando a Samarco tentou operar após a tragédia, essa precisava de uma licença de Santa Bárbara, que não foi concedida até haver a compensação. Reiterou a necessidade de pressão pelo Executivo e que o Ministério Público, órgão competente, também deveria ter fiscalizado as indenizações, e reiterou trazerem-se as empresas para reunião, visto que essas precisam de licença municipal para atuarem, sendo que deixam um desfalque grande para a Cidade, dada a indefinição do Executivo, que precisa cobrar; concordou com o Dr. Fábio sobre a FR não ter justificativa e disse que os advogados tem um desgaste em tentar atuar, pois a FR trata-os com total desrespeito;

Manoel

Dr. Fábio



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

disse que a Samarco causou o maior dano ambiental o mundo, tendo atingido toda a população de Mariana, e agora que tem de indenizar, ficam as discrepâncias. Reiterou que se realize reunião com as empresas e o Executivo, pois esse tem condições de exigir e pressionar, disse ter cobrado participação do mesmo situação inicial, pois atravancando os trâmites das empresas, seu prejuízo seria maior que as indenizações, forçando-as a pagar, visto que, atualmente, as indenizações estão em torno de noventa a cem mil reais, e todos os atingidos darão o retorno para o Município; disse que nem o Judiciário está dando conta, com concordância do Vereador Manoel, que disse ter ideias e que a FR não vem descumprindo só as indenizações, mas outros temas que abordará em momento futuro, que vem trabalhando no "PG N.º 20" e disse querer agendar com o Dr. Cristiano para tratar do assunto, ao que esse manifestou total apoio à sentença e à subseção. Com a palavra, o Dr. Fabiano refrisou as falas anteriores dos colegas sobre a falta de comprometimento da FR e sugeriu que a Casa officie o gabinete na Décima Primeira Vara, para que se verifique a falta de consideração da FR para com seus compromissos judiciais. Realçou seu repúdio contra a FR e sua postura, ao que o Vereador Manoel concordou e solicitou que se envie à FR tudo o que estava sendo dito. Com a palavra, a Dr. Lívia disse estar chocada com as atitudes da FR e, já que Mariana foi onde ocorreu a tragédia e que a FR está atuando há sete anos e, realmente vê-se que se essa estivesse cumprindo seu papel, já se haveria resolvido as situações e, reiterou que, em paralisação dos trabalhos nas outras cidades, a FR acabava cumprindo as decisões; disse que os advogados são instrumentos para que a justiça seja feita e todos os atingidos receberem, mas os advogados ficam de mãos atadas, pois dependem do Judiciário; salientou a importância e urgência da questão, não sendo possível esperar acordos e conciliações, pois a FR recua, atitude essa que vem se repetindo. Em relação à PN, essa já atendeu oitenta mil pessoas, mas quem realmente estava no centro da tragédia ainda não recebeu e, infelizmente, vê-se que a FR mantém o sistema com atitudes arbitrárias, descumprindo as ordens judiciais. O Vereador Manoel concordou que a FR só funciona sob pressão, quando funciona. Disse que, caso seja necessário unirem-se todos os poderes, será feito e a cobrança será incansável. Com a palavra, o Dr. Adenilson refrisou a fala do Dr. Fabiano e disse querer que a FR obedeça à sentença, nada além, e sugeriu que haja uma reunião com magistrado da Quarta Vara Federal, em audiência pública, para que o Dr. Michael Procópio esclareça sua própria sentença, e para que diga se os pedidos dos advogados estão consonantes ou disformes em relação à sentença e, que deveria também convidar o magistrado da comarca de Mariana, que tem demandas locais e individuais dentro da mesma sendo fundamental a presença do Dr. Michael Procópio, para que se cumpram as sentenças judiciais e reiterou que, tendo os caminhões impedidos de passar, as empresas cumpririam rapidamente com suas responsabilidades. O Vereador Manoel disse ser um absurdo ter de pedir que se cumpra a decisão judicial. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** "Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do Povo Marianense", o Vereador Fernando encerrou a reunião às doze horas e quatorze minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**